

Nota Pública

ENCONTRO NACIONAL DAS LIDERANÇAS DOS CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS E CELETISTAS transportadores de cargas ocorrida hoje (18/09/2021) no auditório do Hotel Laguna em Brasília, reuniu mais de 50 (cinquenta) líderes presencialmente e contou com a participação ativa de, pelo menos, 60 (sessenta) lideranças por videoconferência além da audiência por transmissão.

O objetivo do encontro foi alcançado, trata-se de cumprimento de uma agenda nacional em sucessão de eventos com **Caminhoneiros Autônomos, Celetistas e Lideranças entre diretores de Associações, CNTTL, ABRAVA, CNTRC, Sindicatos, Cooperativas, Frente Parlamentar Mista dos Caminhoneiros Autônomos e Celetistas** e interessados em garantir ampla discussão participativa das pautas jurídicas de reivindicações da categoria a fim de unificá-las, focados nas reivindicações decorrentes da paralisação nacional dos caminhoneiros de 21 de Maio de 2018.

Hoje ficou definido mais um passo nesse sentido e já na segunda-feira (20/09/2021) serão encaminhadas comunicações e algumas providências conforme o seguinte:

a) Defesa da Constitucionalidade do Piso Mínimo de Frete – Lei n.º 13.703/2018

Ficou assentada a importância da defesa da constitucionalidade da referida lei e já na segunda-feira serão encaminhados Ofícios ao Supremo Tribunal Federal solicitando agenda com os Gabinetes dos Ministros a fim de levar informações importantes para colaborar com esclarecimentos, além de pedir ao Supremo a inclusão das ações que discutem a matéria em pauta de julgamento ainda esse trimestre;

b) Retorno da Aposentadoria Especial aos 25 anos contribuição ao INSS.

Acerca desse item, de comum interesse de toda a categoria, o colegiado contará com o apoio da Frente Parlamentar Mista dos Caminhoneiros Autônomos e Celetistas que conta com 273 Deputados Federais e 22 Senadores da República, presidida pelo Deputado Federal Nereu Crispim (PSL/RS) para levar a matéria na condição de Projeto de Lei a ser deliberado no Congresso.

c) INSS pago pelo Caminhoneiro – PL2574/2021.

Reforçar com apoio da Frente Parlamentar Mista do Caminhoneiro Autônomo e Celetista a aprovação, em caráter de urgência, para incluir a medida na Lei do DTE – Documento de Transporte Eletrônico. Esse item será objeto de reunião com órgãos e Ministérios do Poder Executivo Federal a fim de equacionar as obrigações e direitos previdenciários, sobretudo diante da eventual repercussão com a implementação do Documento de Transporte Eletrônico – DTE. Em relação aos Trabalhadores Portuários, diligenciar junto ao Ministério Público do Trabalho a intensificação nas fiscalizações no ambiente de trabalho sobretudo em razão da exposição do transportador a agentes nocivos à saúde, em especial, pelo uso do scanner com exposição a radiação.

d) Projeto BR do Mar X Caminhoneiros Autônomos e Celetistas – PL4199/2020.

Ficou decidido requerer realização de audiências públicas com ampla discussão do setor de transporte e seus microssistemas diante das incertezas dos impactos sociais em decorrência de sua implementação, em especial, que fosse incluído no Senado o teor das Emendas (nº 23 e 35) apresentadas pelo Deputado Fausto Pinato (PP/SP) e não incluída pela Câmara Federal quando da discussão e votação no plenário.

e) Os Caminhoneiros X Liberação dos Caminhões de 11 Eixos - 91 toneladas BPTC;

Ficou decidido pedir ao CONTRAN, visando a segurança coletiva, suspensão cautelar imediata da nova Resolução que prevê já para 01/10/2021 liberação de circulação e trânsito de implemento com capacidade total de 91 toneladas nas rodovias brasileiras embora não haja estudo claro a respeito dos impactos decorrentes da medida e, diante das incertezas, a ampla participação é a melhor alternativa. Caso não seja acatado o pedido administrativo já ficou decidido a levar a discussão da matéria à justiça a fim de requerer liminar com efeito suspensivo.

f) Preço de Paridade de Importação - PPI e a Petrobrás.

Após ampla discussão, foi aprovado pedir à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços – CDEICS, a inclusão da ABRAVA, da CNTTL e do CNTRC na audiência pública aprovada no dia

15/09/2021 para discutir o PL 750/2021 de autoria do Deputado Federal Nereu Crispim, que trata das políticas de preço adotadas pela Petrobrás sobre os combustíveis e derivados de petróleo, considerando o relevante interesse coletivo. Ficou deliberado, ainda, reforçar o pedido do Deputado Paulo Ramos que requer a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Petrobrás.

g) Voto em Trânsito para Os Caminhoneiros Autônomos e Celetistas - PL 5384/2019.

Foi celebrada pela categoria a primeira vitória em prol do exercício da cidadania pelos(as) caminhoneiro(as) em trânsito que, após aprovação na Câmara dos Deputados da Emenda nº 19 de autoria do Deputado Federal Nereu Crispim(PSL/RS), se confirmado pelo Senado Federal, a categoria dos caminhoneiros(as) poderão votar não só para Presidente da República, mas também para outros candidatos. Contudo, ficou assentado que a medida precisa ser aperfeiçoada para garantir que o voto nos candidatos dos Estados e Municípios também possam ser votados em trânsito em unidades fora da unidade da Federação de origem.

h) Documento Eletrônico de Transporte – Dte.

Ficou decidido ampla participação da categoria nas discussões e implementações das unidades gestoras.

Por fim, foram discutidos outros itens da pauta comum como Pontos de Parada e Descanso (Lei 13.103/2015), Exame Toxicológico, Marco Regulatório do Transporte, ficando já agendados 02 (dois) próximos encontros a serem realizados nos dias **16/10/2021 no Estado do Rio de Janeiro e 20/11/2021 em Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul.**

**Em Busca da Unificação das Lutas e Sobrevivência da categoria.
A Luta faz da Lei.**